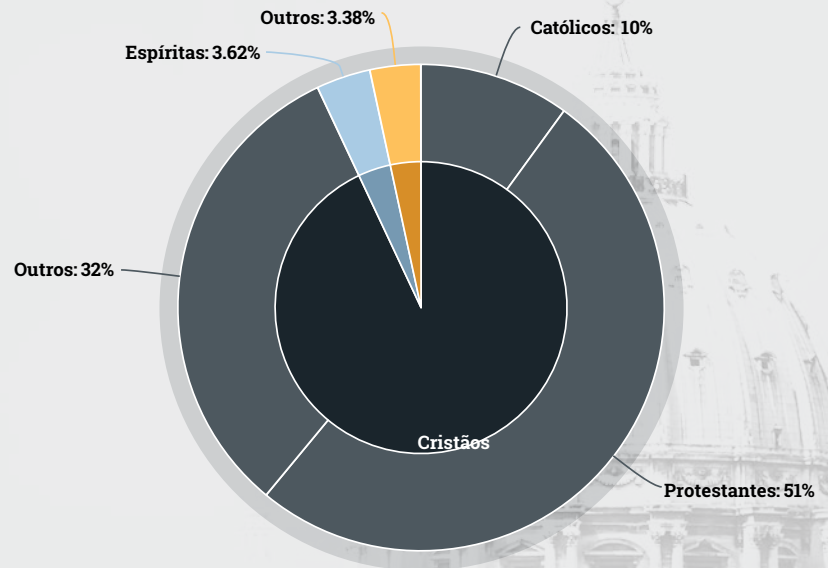
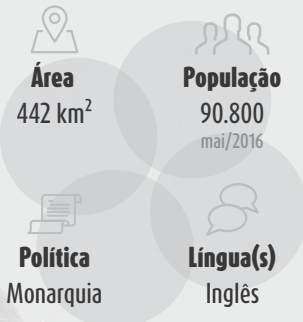


Antigua Barbuda



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

O artigo 3º da Constituição da República de Antígua e Barbuda de 1981 reconhece os direitos e liberdades fundamentais dos indivíduos independentemente do credo e de outras considerações, sujeito entre outros fatores ao respeito pela liberdade de consciência, expressão, reunião e associação pacíficas.

O artigo 6º, que abrange a escravatura e o trabalho forçado, reconhece a possibilidade de objeção de consciência em caso de serviço militar obrigatório.

O artigo 11º protege de forma extensa a liberdade de consciência e religião, especificando que o termo “liberdade” inclui a liberdade de pensamento e religião, a liberdade para mudar a própria religião ou crenças, e a liberdade para manifestar e propagar, em público ou em privado, individual ou coletivamente, a própria religião ou crenças através do ensino, da prática e da observância de culto.

A Constituição garante que nenhuma pessoa que frequente um estabelecimento de ensino pode ser obrigada a receber instrução religiosa ou a participar ou frequentar qualquer cerimônia religiosa ou observância que se relacione com uma religião para além da própria.

No artigo 14º, a Constituição prevê a proteção contra a discriminação baseada na religião ou crenças. Ninguém pode ser forçado a prestar juramento contra a sua religião ou crenças. Da mesma forma, a lei não pode violar as proteções da liberdade religiosa acima referidas.

Nenhuma pessoa pode ser nomeada como Senador ou Deputado se for ministro religioso (artigos 30º e 31º).^[1]

As organizações religiosas devem registrar os seus bens junto do Inland Revenue Department (Autoridade Tributária) para determinar o pagamento de impostos e as fontes de concessões fiscais, em especial em caso de construção ou renovação de templos.

A lei proíbe o uso da maconha, mesmo para fins religiosos, uma situação que está sujeita a críticas contínuas por parte dos rastafáris que alegam que a substância faz parte integrante dos seus rituais religiosos. Os rastafáris são também críticos da educação pública, que exige que os alunos sejam vacinados e que removam os seus gorros tradicionais por razões de segurança, pois estas estipulações são contrárias às suas crenças.^[2]

[1] http://www.thearda.com/internationalData/countries/Country_10_6.asp (acessado a 8 de Março de 2016).

[2] <http://www.state.gov/documents/organization/238726.pdf/> (acessado a 8 de Março de 2016).

<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2015/antigua-and-barbuda> (acessado a 8 de Março de 2016).

INCIDENTES

Em outubro de 2014, o Bispo Charlesworth Browne, da Igreja Christian Ministries, apelou à proibição de um espetáculo pelo artista Alkaline. O prelado foi ao ponto de apelar a um boicote das celebrações do Dia da Independência caso o espetáculo fosse realizado.^[3]

Em março de 2015, a denúncia pública de Austin Kirby de que a Igreja Adventista do Sétimo Dia se tinha recusado a batizá-lo caso ele não cortasse as suas rastas (que são típicas da religião rastafári) causou controvérsia.^[4]

Em agosto de 2015, o Dr. Twaites discordou de críticas feitas na rádio nacional pelo apresentador e naturalista James Luke, que disse que Twaites se tinha recusado a deixar uma médica realizar um exame urológico porque isso ia contra as suas crenças religiosas (ele é adventista do sétimo dia). Em vez disso, o Dr. Twaites, diretor do programa de rastreio anual do cancro da próstata, examinou Luke pessoalmente. O médico disse que a rádio não era um lugar adequado para discutir estas preocupações.^[5]

Em novembro de 2015, as práticas de um astrólogo de origem indiana foram descritas como “bruxaria” e como ataques ao desenvolvimento do país. As alegações foram feitas pelo ‘The Movement’ (O Movimento), um grupo ativista recém-formado. Uma delegação de três membros do Christian Assembly Ministry, liderada pelo Pastor Paul Andrew, visitou o astrólogo, a quem foi dito que, se não abandonasse o país, eles voltariam com a polícia, porque ele estava trabalhando em Antígua e Barbuda sem licença comercial.^[6]

Em novembro de 2015, três indianos foram detidos em Antígua e Barbuda. Foram acusados de promover Obi (Obeah), um culto cujas práticas são ilegais no âmbito da legislação existente. Um líder religioso jamaicano apelou às Igrejas cristãs para que apoiem a abolição dessa legislação. Tanto o Bispo Charlesworth Browne como o Bispo católico Kenneth Richards recusaram fazê-lo.^[7]

[3] <http://antiguaobserver.com/bishop-browne-says-ban-alkaline/> (acessado a 8 de Março de 2016).

[4] <http://antiguaobserver.com/seventh-day-adventist-refusal-of-dreadlocked-man-stirs-10s-of-thousands/> (acessado a 8 de Março de 2016).

[5] <http://antiguaobserver.com/dr-thwaites-responds-to-criticism-of-colleague-during-prostate-screening-clinic/> (acedido a 8 de Março de 2016).

[6] <http://antiguaobserver.com/indian-astrologer-gets-marching-orders> (acedido a 8 de Março de 2016).

[7] <http://www.state.gov/documents/organization/238726.pdf> (acedido a 8 de Março de 2016).

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Ocorreram atos de intolerância e discriminação religiosa. Estes levaram à estigmatização de decisões baseadas em crenças pessoais, bem como a algumas práticas compreendidas como formas de culto ou crença. Melhorar a proteção da liberdade religiosa implicaria um maior respeito e apreciação pelas crenças individuais e pela liberdade de consciência como elementos básicos para a coexistência pacífica na sociedade.^[8]

[8] <http://www.state.gov/documents/organization/238726.pdf> (acedido a 8 de Março de 2016).